

No. 36800

**Brazil
and
Costa Rica**

Agreement in the field of health, supplementary to the Agreement on technical cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica. San José, 4 April 2000

Entry into force: *4 April 2000 by signature, in accordance with article X*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 19 July 2000*

**Brésil
et
Costa Rica**

Accord dans le domaine de la santé, complémentaire à l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica. San José, 4 avril 2000

Entrée en vigueur : *4 avril 2000 par signature, conformément à l'article X*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 19 juillet 2000*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA COSTA RICA NA ÁREA DE SAÚDE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Costa Rica
(doravante denominados “Partes”),

Considerando:

Que é importante trabalhar conjuntamente para abordar os temas de saúde pública, visando à promoção, à preservação e ao controle de doenças e reabilitação de pacientes;

Que as relações de cooperação tem sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, de 22 de setembro de 1997;

Que a cooperação técnica no campo da saúde reveste-se de especial interesse para as Partes, com base no mútuo benefício e reciprocidade;

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste Complementar tem por objetivo desenvolver projetos e atividades de cooperação técnica em matéria de saúde, prestação de serviços sociais, administração de centros de saúde e outras áreas correlatas que contribuam para o desenvolvimento do setor.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;
- b) o Ministério da Saúde como responsável pela execução do presente Ajuste Complementar que, por seu turno, designará as entidades executoras para a operacionalização dos projetos e atividades decorrentes deste instrumento.

ARTIGO III

O Governo da República da Costa Rica designa:

- a) O Ministério das Relações Exteriores e Culto, como responsável pela coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;
- b) O Ministério da Saúde Pública, como responsável pela execução do presente Ajuste Complementar que, por seu turno, designará as entidades executoras para a operacionalização dos projetos e atividades decorrentes deste instrumento.

ARTIGO IV

Para alcançar o objetivo constante do Artigo I do presente Ajuste Complementar, as Partes fomentarão as seguintes ações:

- a) promoção de treinamento e intercâmbio de técnicos e especialistas nas áreas de interesse mútuo;
- b) realização de visitas de técnicos e especialistas a fim de promover o intercâmbio de experiências e a difusão de informação; e
- c) organização e participação em simpósio, seminários e colóquios em áreas de mútuo interesse.

ARTIGO V

As entidades executoras elaborarão as propostas de projeto de forma coordenada detalhando: os objetivos, justificativa, custos, formas de financiamento, prazos de execução e demais condições. As propostas serão apresentadas às entidades de coordenação em seus respectivos países.

ARTIGO VI

I. Os custos para a implementação dos projetos e atividades serão compartilhados entre as entidades executoras, isto é, as despesas das passagens estarão a cargo de cada Parte que se desloca, e as de alojamento e alimentação estarão a cargo do país anfitrião.

2. Uma vez aprovado um projeto conjunto, será necessária a autorização expressa de ambas as Partes para promover e solicitar a participação e financiamento de organismos internacionais e de terceiros países no projeto. Os países poderão fazer uso de fundos próprios.

ARTIGO VII

I. A fim de facilitar a cooperação técnica prevista neste Ajuste Complementar, ambas as Partes concordam em organizar um Comitê Técnico conjunto, para discutir matérias relativas à definição das propostas, ao acompanhamento e à avaliação dos projetos e atividades de cooperação técnica.

2. Em cada reunião do Comitê Técnico será elaborado e aprovado Programa de Trabalho para o ano subsequente.

3. Participarão das reuniões do Comitê Técnico representantes do Ministério da Saúde, das entidades de coordenação e, quando necessário, das entidades executoras dos projetos e atividades.

4. As reuniões do Comitê Técnico serão realizadas anualmente com a concordância prévia das Partes. Tais encontros serão realizados alternadamente no Brasil e na Costa Rica.

ARTIGO VIII

I. As entidades executoras elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos nos projetos e atividades decorrentes deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados ao Comitê Técnico e examinados nas reuniões da Comissão Mista de Cooperação, quando forem convocadas.

2. Os documentos elaborados e resultantes dos projetos e das atividades desenvolvidos no contexto deste Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente cientificadas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

ARTIGO XI

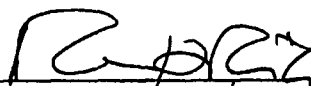
Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições de Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, de 22 de setembro de 1997.


ARTIGO X

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade por um período de 2 (dois) anos, prorrogável pelo mesmo período, salvo se uma das Partes notificar à outra, por via diplomática, com antecedência de 6 (seis) meses à data de expiração, sua intenção de denunciá-lo.

2. A denúncia do presente Ajuste Complementar não prejudicará os projetos e atividades em andamento, os quais serão executados até o seu término.

Feito em São José, Costa Rica, em 04 de abril de 2000, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações
Exteriores


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA COSTA RICA
Roberto Rojas López
Ministro de Relações Exteriores
e Culto

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACION
TECNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE COSTA RICA
EN EL AREA DE LA SALUD**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Costa Rica, (en adelante denominados "Partes"),

CONSIDERANDO:

Que es importante trabajar conjuntamente para abordar los temas de salud pública, con vista a la promoción, a la prevención y al control de las enfermedades y rehabilitación de los pacientes;

Que las relaciones de cooperación han sido fortalecidas y amparadas por el Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República de Costa Rica y Gobierno de la República Federativa del Brasil, del 22 de setiembre de 1997;

Que la cooperación técnica en el campo de la salud se reviste de especial interés para las Partes, con base al mutuo beneficio y reciprocidad;

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

El presente Acuerdo Complementario tiene por objetivo desarrollar proyectos y actividades de cooperación técnica en materia de salud, prestación de servicios sociales, administración de centros de salud y otras áreas correlativas que contribuyan para el desarrollo del sector.

ARTICULO II

El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

- a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de las Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como responsable por la coordinación y acompañamiento de los proyectos y actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario;

b) el Ministerio de la Salud como responsable de la ejecución del Presente Acuerdo Complementario que, a su vez, designará las entidades ejecutoras para la operacionalización de los proyectos y actividades resultantes de este instrumento.

ARTICULO III

El Gobierno de la República de Costa Rica designa:

a) Al Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto, como responsable de la coordinación y acompañamiento de los proyectos y actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario;

b) El Ministerio de Salud Pública, como responsable de la ejecución del Presente Acuerdo Complementario que, a su vez, designará a las entidades ejecutoras para la operacionalidad de los proyectos y actividades resultantes de este instrumento.

ARTICULO IV

Para alcanzar el objetivo constante en el Artículo I del presente Acuerdo Complementario, las partes fomentaran las siguientes acciones:

a) promoción de capacitación e intercambio de técnicos y especialistas en las áreas de interés mutuo;

b) realización de visitas de técnicos y especialistas a fin de promover el intercambio de experiencias y la difusión de información; y

c) organización y participación en simposios, seminarios e coloquios en áreas de mutuo interés.

ARTICULO V

Las Entidades Ejecutoras elaborarán las propuestas de proyecto de forma coordinada detallando: los objetivos, justificación, costos, formas de financiamiento, plazos de ejecución y demás condiciones. Las propuestas serán presentadas a las entidades de coordinación en sus respectivos países.

ARTICULO VI

1. Los costos para la implementación de los proyectos y actividades serán compartidos entre las Entidades Ejecutoras, esto es, los gastos de pasaje estarán a cargo de cada parte que se desplaza, y las de alojamiento y alimentación estarán a cargo del país anfitrión.

2. Una vez aprobado un proyecto conjunto, será necesaria la autorización expresa de ambas partes para promover y solicitar la participación y financiamiento de organismos internacionales y de terceros países en el proyecto. Los países podrán hacer uso de fondos propios.

ARTICULO VII

1. A fin de facilitar la cooperación técnica prevista en este Acuerdo Complementario, ambas Partes concuerdan en organizar un Comité Técnico conjunto, para discutir materias relativas a la definición de las propuestas, al acompañamiento y a la evaluación de los proyectos y actividades de cooperación técnica.

2. En cada reunión del Comité Técnico será elaborado y aprobado un Programa de Trabajo para el año subsecuente.

3. Participaran de las reuniones del Comité Técnico representantes del Ministerio de la Salud, de las entidades de coordinación y cuando fuese necesario, de las entidades ejecutoras de los proyectos y actividades.

4. Las reuniones del Comité Técnico serán realizadas anualmente con la aceptación previa de las Partes. Tales encuentros serán realizados alternativamente en el Brasil y en Costa Rica.

ARTICULO VIII

1. Las entidades ejecutoras elaborarán informes semestrales sobre los resultados obtenidos en los proyectos y actividades transcurridos de este Acuerdo Complementario, los cuales serán presentados a los Comités Técnicos y examinados en las reuniones de la Comisión Mixta de cooperación, cuando fuesen convocados;

2. Los documentos elaborados y resultantes de los proyectos y de las actividades desarrolladas en el contexto de este Acuerdo Complementario serán de prioridad conjunta de las Partes. La versión oficial de los documentos de trabajo será elaborada en el idioma del país de origen del trabajo. En el caso de publicación de los referidos documentos, deberán las Partes ser expresamente notificadas y mencionadas en el texto del documento objeto de publicación.

ARTICULO IX

Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario se les aplicará las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Costa Rica, del 22 de setiembre de 1997.

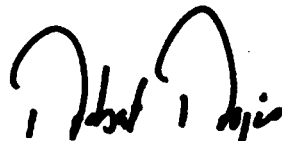
ARTICULO X

1. El Presente Acuerdo Complementario entrará en vigencia en la fecha de su firma y tendrá validez por un periodo de 2 (dos) años, prorrogable por el mismo periodo, salvo si una de las Partes notifica a la otra, por vía diplomática, con anterioridad de 6 (seis) meses a la fecha de expiración, su intención de denunciarlo.
2. La denuncia de presente Acuerdo Complementario no perjudicará los proyectos y actividades en trámite, los cuales serán ejecutados hasta su término.

Hecho en San José, Costa Rica, el 4 de abril del 2000, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.



**POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL**



**POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE COSTA RICA**

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT IN THE FIELD OF HEALTH, SUPPLEMENTARY TO THE
AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE GOV-
ERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE
GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COSTA RICA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica (hereinafter referred to as "the Parties"),

Considering:

That it is important to work together to tackle public health topics, with a view to the prevention and control of diseases and the rehabilitation of patients;

That their relations of cooperation have been strengthened and protected by the Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica, of 22 September 1997;

That technical cooperation in the field of health is of special interest for the Parties, based on mutual benefit and reciprocity,

Have agreed as follows:

Article I

The objective of this Supplementary Agreement is to carry out projects and activities for technical cooperation in the fields of health, provision of social services, administration of health centres and other correlative areas so as to contribute to the development of the sector.

Article II

The Government of the Federative Republic of Brazil designates:

(a) The Brazilian Agency for Cooperation of the Ministry of Foreign Affairs, to be responsible for coordination and follow-up of the projects and activities emanating from this Supplementary Agreement;

(b) The Ministry of Health, to be responsible for the implementation of this Supplementary Agreement and to designate, in turn, the executing agencies to carry out the projects and activities emanating from this instrument.

Article III

The Government of the Republic of Costa Rica designates:

(a) The Ministry of Foreign Affairs and Worship, to be responsible for the coordination and follow-up of the projects and activities emanating from the Supplementary Agreement;

(b) The Ministry of Public Health, to be responsible for the implementation of this Supplementary Agreement and to designate, in turn, the executing agencies to carry out the projects and activities emanating from this instrument.

Article IV

In order to achieve the objective set forth in article I of this Supplementary Agreement, the Parties shall promote the following activities:

- (a) Encouragement of the exchange and training of technicians and specialists in areas of mutual interest;
- (b) Visits by technicians and specialists to promote the exchange of experience and the dissemination of information; and
- (c) Organization of, and participation in, symposia, seminars and conferences in areas of mutual interest.

Article V

The executing agencies shall draw up the project proposals on a coordinated basis, giving details of objectives, justification, costs, types of financing, implementation periods and other conditions. The proposals shall be submitted to the coordination agencies in their respective countries.

Article VI

- 1. The costs of implementing projects and activities shall be shared between the executing agencies, travel expenses being paid by the sending Party and the cost of board and lodging by the receiving country.
- 2. Once a joint project is approved, the express authorization of both Parties shall be required in order to promote and seek participation and financing by international organizations or third countries in respect of the project. The countries shall be able to utilize their own funds.

Article VII

- 1. In order to facilitate the technical cooperation envisaged in this Supplementary Agreement, the two Parties agree to establish a joint technical committee to consider issues relating to the formulation of proposals and the follow-up and evaluation of the technical cooperation projects and activities.
- 2. At each meeting of the Technical Committee, a programme of work shall be drawn up for the following year.
- 3. Representatives of the Ministry of Health, the coordination agencies and, if necessary, the executing agencies for the projects and activities shall participate in the meetings of the Technical Committee.

4. The meetings of the Technical Committee shall be held annually, by agreement between the Parties. These meetings shall be held alternately in Brazil and in Costa Rica.

Article VIII

1. The executing agencies shall draw up semi-annual reports on the results achieved in the projects and activities emanating from this Supplementary Agreement, which shall be submitted to the Technical Committee and shall be considered at the meetings of the Joint Commission on Cooperation, when they are convened.

2. The documents which are drawn up and which result from the projects and activities carried out in the context of this Supplementary Agreement shall be the joint property of the Parties. The official version of the working documents shall be drawn up in the language of the country of origin of the work. In the event of the publication of these documents, the Parties must be expressly notified and mentioned in the text of the document which is being published.

Article IX

With regard to questions not provided for in this Supplementary Agreement, the provisions of the Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica, of 22 September 1997, shall apply.

Article X

1. This Supplementary Agreement shall enter into force on the date of its signature and shall remain in force for a period of two (2) years, which may be extended for an additional two-year period, unless one of the parties notifies the other, through the diplomatic channel, six (6) months before the date of expiry, of its intention to denounce it.

2. Denunciation of this Supplementary Agreement shall be without prejudice to projects and activities which are under way, which shall be continued until they are completed.

Done at San José, Costa Rica, on 4 April 2000, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister of State for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Costa Rica:

ROBERTO ROJAS LÓPEZ
Minister for Foreign Affairs and Worship

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ARRANGEMENT DANS LE DOMAINE DE LA SANTÉ, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU COSTA RICA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica (ci-après dénommés "les Parties"),

Considérant :

Qu'il importe d'oeuvrer en commun pour aborder les questions de santé publique en vue de favoriser la santé publique par la prévention et la maîtrise des maladies et la réinsertion des malades;

Que les rapports en matière de coopération ont été renforcés et protégés par l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica, du 22 septembre 1997;

Que la coopération technique dans le domaine de la santé revêt un intérêt particulier pour les Parties, sur la base de l'avantage mutuel et de la réciprocité;

Conviennent comme suit :

Article premier

Le présent Arrangement complémentaire a pour objectif d'élaborer des projets et activités de coopération technique en matière de santé, de services sociaux, d'administration de centres sanitaires et autres domaines connexes, qui contribuent au développement de ce secteur.

Article II

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

a) L'Agence brésilienne de coopération du Ministère des relations extérieures (ABC/MRE) comme organisme chargé de la coordination et de l'accompagnement des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire;

b) Le Ministère de la santé comme organisme chargé de l'exécution des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire, qui désigne à son tour les organismes d'exécution chargés d'opérationnaliser les projets et activités découlant du présent instrument.

Article III

Le Gouvernement de la République du Costa Rica désigne :

a) Le Ministère des relations extérieures et du culte comme organisme chargé de la coordination et de l'accompagnement des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire;

b) Le Ministère de la santé publique comme organisme chargé de l'exécution des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire, qui désigne à son tour les organismes d'exécution chargés d'opérationnaliser les projets et activités découlant du présent instrument.

Article IV

En vue de réaliser l'objectif mentionné à l'article premier du présent Arrangement complémentaire, les Parties favorisent les actions suivantes :

a) Promotion de la formation et échange de techniciens et spécialistes dans des domaines d'intérêt mutuel;

b) Réalisation de visites de techniciens et spécialistes, afin de promouvoir l'échange de résultats d'expérience et la diffusion de l'information; et

c) Organisation de colloques, séminaires et symposiums dans des domaines d'intérêt commun, et participation à ces travaux.

Article V

Les organismes d'exécution élaborent les propositions de projet de façon coordonnée en détaillant les objectifs, la justification, les coûts, les formes de financement, les délais d'exécution et les autres conditions. Ils présentent ces propositions aux organes de coordination de leur pays respectif.

Article VI

1. Les coûts nécessaires à la mise en oeuvre des projets et activités sont répartis entre les organes d'exécution, les frais de voyage étant à la charge de la Partie qui se déplace et les frais d'hébergement et de subsistance à la charge du pays d'accueil.

2. Une fois approuvé un projet commun, l'autorisation expresse des deux Parties est nécessaire pour promouvoir et solliciter la participation au projet et le financement d'organismes internationaux et de tiers pays. Les pays peuvent employer des fonds propres.

Article VII

1. Afin de faciliter la coopération technique prévue dans le présent Arrangement complémentaire, les deux Parties conviennent de constituer un comité technique mixte en vue d'examiner les questions relatives à la définition des propositions, à l'accompagnement et à l'évaluation des projets et activités de coopération technique.

2. À chacune de ses réunions, le Comité technique élabore et adopte un programme de travail pour l'année suivante.

3. Participent aux réunions du Comité technique des représentants du Ministère de la santé, des organismes de coordination et, si besoin, des organismes d'exécution des projets et activités.

4. Les réunions du Comité technique se tiennent chaque année de l'assentiment préalable des Parties. Ces rencontres se déroulent à tour de rôle au Brésil et au Costa Rica.

Article VIII

1. Les organismes d'exécution établissent et transmettent aux organismes de coordination des rapports semestriels sur les résultats obtenus par les projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire, rapports qui sont examinés à l'occasion des réunions éventuelles de la Commission mixte de coopération.

2. Les documents concernant ou résultant des projets élaborés dans le contexte du présent Arrangement complémentaire appartiennent en commun aux Parties. La version officielle des documents de travail est rédigée dans la langue du pays d'origine des travaux. Si lesdits documents sont publiés, il doit être fait expressément mention, en note dans le corps du texte, des Parties dûment identifiées.

Article IX

Toute question qui n'est pas prévue dans le présent Arrangement complémentaire relève des dispositions de l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica, du 22 septembre 1997.

Article X

1. Le présent Arrangement complémentaire entre en vigueur à la date de sa signature pour une période de deux ans et il est renouvelable pour une période de même durée, à moins que l'une des Parties ne notifie à l'autre, par la voie diplomatique, six mois avant qu'il n'expire, son intention de le dénoncer.

2. La dénonciation du présent Arrangement ne porte pas préjudice aux projets et activités en cours, dont l'exécution est menée à terme.

Fait à San José (Costa Rica), le 4 avril 2000, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre d'État aux relations extérieures,

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République du Costa Rica :

Le Ministre des relations extérieures et du culte,

ROBERTO ROJAS LÓPEZ

